



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

1

**TERMO DE CONTRATO Nº ...../15/SMDP,  
FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO  
GRANDE E A EMPRESA ..... PARA  
SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE  
PROJETO PPCI PARA O MERCADO  
PÚBLICO MUNICIPAL EM  
CONFORMIDADE COM O EDITAL DE  
PREGÃO PRESENCIAL 024/2015.**

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, sito Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, através do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, sito à Rua General Bacelar, nº 264, centro, neste ato representado pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, Sr. Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, conforme delegação de competência estabelecida, denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa ....., com sede no Município de ....., na Rua .... nº ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada pelo Sr. .... inscrito no RG sob o nº ..... na qualidade de ..... de agora em diante denominada **CONTRATADA**, de conformidade com o Pregão Presencial nº 024/2015, lançado pelo Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, Prefeitura Municipal do Rio Grande, contratam os serviços abaixo descritos mediante as seguintes cláusulas e condições reciprocamente aceitas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O presente termo de contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para os serviços de elaboração de projetos de PPCI ( Plano de Prevenção Contra Incêndio) , obtenção de certificado aprovação do corpo de bombeiros e elaboração de projeto básico de adequação das instalações de incêndio para todas as instalações físicas do Mercado Público Municipal localizado na rua General Osório S/n, centro, sob administração e responsabilidade da Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário – SMDP, conforme termo de referência, anexo a este contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DOS SERVIÇOS:** O **CONTRATANTE** pagará, à **CONTRATADA**, pela prestação do serviço objeto do presente Contrato a importância de R\$ .... (....).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado por etapa conforme termo de referência, anexo a este termo, até 10(dez) dias úteis após a emissão da fatura (NF) que deverá ser confrontada com o registro de acompanhamento da fiscalização da Secretaria solicitante.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

2

**Parágrafo Primeiro:** Liberação dos pagamentos: O pagamento das parcelas somente será efetuado mediante apresentação de:

- a) comprovante de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS;
- b) Cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na convenção coletiva trabalhista;
- c) Cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a Secretária responsável;
- d) A última parcela somente será liberada após o recebimento da obra pela fiscalização da secretaria responsável e posteriormente pela comissão de recebimento.

**Parágrafo segundo:** Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da secretaria responsável.

**CLÁUSULA QUARTA- DA FISCALIZAÇÃO:** O serviço será fiscalizado pela Secretária responsável pelo contrato, a qual indicará servidor responsável para tal.

**Parágrafo- Único:** Na execução dos serviços em apreço, serão rigorosamente, observadas as especificações técnicas, normas da ABNT e as recomendações que forem dadas pela fiscalização, para o fiel cumprimento das condições do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA- DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:** Os serviços serão recebidos por uma comissão legalmente constituída, integrada de dois ou mais elementos, que lavrará o respectivo termo de recebimento definitivo, após o recebimento provisório pela GFCCOP/SMI, devendo ficar o cumprimento de todos os elementos constantes do memorial descritivo, projetos e plantas e normas da ABNT.

**Parágrafo Primeiro:** Quando a contratada entregar os serviços para a fiscalização, essa terá três dias úteis para verificação geral do mesmo, não havendo o recebimento, a própria fiscalização definirá o prazo para correção dos reparos solicitados, a contar do dia seguinte ao comunicado respectivo;

**Parágrafo Segundo:** a comissão de recebimento definitivo terá o prazo máximo de sete dias corridos, a partir da datado termo de recebimento provisório, para fazer a vistoria e emitir parecer, que será repassado pela Secretaria de Município de coordenação e Planejamento – SMCP à fiscalização que por sua vez encaminhará à contratada.



**Estado do Rio Grande do Sul**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

3

**Parágrafo Terceiro:** Não havendo o recebimento pela comissão, essa definirá o prazo para correção dos reparos solicitados, a contar do dia seguinte ao comunicado respectivo.

**Parágrafo Quarto:** O recebimento provisório ou o definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ética profissional, pela perfeita execução deste termo.

**CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO:** o contratado obriga-se a:

- a) A contratada deverá realizar vistoria preliminar de reconhecimento para verificação das condições gerais da área onde serão desenvolvidos os trabalhos, objetivando a visualização da viabilidade global do projeto; nos aspectos gerais referentes aos regimes urbanísticos, à legislação, normas e regulamentos aplicáveis e, também, quanto aos aspectos específicos referentes às condições cadastrais existentes.
- b) Entregar os serviços objeto do presente contrato dentro do prazo e pelo preço constante em sua proposta e de acordo com as especificações do presente termo de referência;
- c) Antes de iniciar os serviços contratados, efetuar as devidas anotações de responsabilidade técnica (ART) no CREA ou registro de responsabilidade técnica (RRT) no CAU, referentes a todos os serviços objeto deste termo;
- d) Obter o certificado de aprovação do PPCI no corpo de bombeiros, pagando os emolumentos e as taxas prescritos e obedecendo às leis, aos regulamentos e às posturas referentes aos serviços;
- e) Efetuar correções, alterações e/ou modificações de projetos, especificações, memoriais e outros que se mostrarem necessários ao melhor desenvolvimento dos serviços ou que sejam do interesse da contratante ou ainda, aqueles decorrentes de atendimento às normas técnicas e legislações;
- f) Quando algum item, obrigatório, estiver incorreto ou inexistente, apresentar a solução;
- g) Caso haja impossibilidade de executar o exigido pela Lei, pedir liberação via ofício, ao núcleo de engenharia e segurança ocupacional/SMGA, com a devida justificativa e contrapartida;
- h) Atender prontamente quaisquer exigências da contratante e seus representantes, inerentes ao objeto deste contrato;
- i) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas características e condições de habilitação e qualificação técnica apresentadas durante o processo licitatório;
- j) Participar, por intermédio do seu responsável técnico, das reuniões com a fiscalização para tratar de assuntos relativos ao PPCI e ao projeto;
- k) Ceder a contratante os direitos patrimoniais referentes aos serviços objetos deste termo.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE:** A contratante obriga-se a:



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

4

- a) Efetuar o pagamento conforme estabelecido neste termo de contrato;
- b) Efetuar a devida fiscalização.

**CLÁUSULA OITAVA - DA COBERTURA FINANCEIRA:** As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07- Secretaria de Município de Desenvolvimento  
02 – Gerência de Abastecimento  
20 – Agricultura  
605- Abastecimento  
0112- Desenvolvimento da Agricultura  
2552- Manutenção da Unidade de Abastecimento  
3.3.9.0.39.00.00.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica  
Código reduzido - 2147

**CLÁUSULA NONA - DO PRAZO:** O prazo do presente Contrato será de 75 (setenta e cinco) dias, a contar da “ordem de início de serviço”.

**CLÁUSULA DÉCIMA– DAS PENALIDADES:** À CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as seguintes sanções legais, a saber:

- a) advertência;
- b) Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA RESCISÃO:** A falência provocará a rescisão de pleno direito do Contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

**Parágrafo Primeiro:** A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicará em imediata suspensão do Contrato.

**Parágrafo Segundo:** O não cumprimento reiterado das cláusulas contratuais constituirá motivo para rescisão deste Contrato.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

5

**Parágrafo Terceiro:** A rescisão também poderá ocorrer no caso de falta de pagamento, pelo CONTRATANTE, das faturas apresentadas pela CONTRATADA, decorridos 90 (noventa) dias consecutivos da data do vencimento das faturas, sem a satisfação do débito.

**CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA – DA GARANTIA:** Por ocasião da assinatura do contrato a Contratada deverá depositar garantia equivalente a 5% do valor global do contrato junto à Tesouraria da Secretaria Municipal da Fazenda, deste Município, em qualquer uma das modalidades previstas na Lei nº 8.666/93, em seu artigo 56, § 1º.

**Parágrafo Primeiro:** A garantia será liberada por ocasião do término do contrato, satisfeitas às exigências contratuais.

**Parágrafo Segundo:** No caso da garantia ser realizada em moeda corrente, o valor será depositado em uma conta com rendimentos.

**Parágrafo Terceiro:** Em caso de infração contratual ensejada pela contratada, a garantia descrita nesta cláusula reverterá aos cofres do Município.

**CLAUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO ISSQN :** Caso vencedora seja firma não estabelecida em Rio Grande, a mesma deverá providenciar sua inscrição do ISSQN junto a Secretaria Municipal da Fazenda.

**CLAUSULA DÉCIMA-QUARTA- DA OMISSÃO:** Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA -QUINTA - DO FORO:** As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato, ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, ..... de ..... de 2015.

.....

Contratada

**José Leomar Soares**

Secretário de Município de Desenvolvimento Primário

**Ademir Giambastiani Casartelli**

Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

CC.: SMF/SMDP/GCLC/CONTRATADA.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

6

***ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS***

**EMPRESA:** .....

**CONTRATO:** ....15/SMDP

**EDITAL:** Pregão Presencial 024/2015

**OBJETO:** Elaboração de projeto de PPCI do Mercado Público Municipal

**DATA DO INÍCIO:** \_\_ / \_\_ / 2015.

.....

Contratada

**José Leomar Soares**  
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

7

## FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia                como                Fiscal                do                Contrato                o(a)                Senhor(a).

\_\_\_\_\_ e  
o(a) senhor(a)\_\_\_\_\_.

ciente:

\_\_\_\_\_  
Fiscal administrativo

\_\_\_\_\_  
Fiscal do Serviço

**José Leomar Soares**  
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário

Rio Grande, ..... de ..... de 2015.